



**Uma revisão de literatura sobre definições, atitudes e desafios psicopedagógicos globais:
um estudo de educação inclusiva**

**A literature review on definitions, attitudes and global psychopedagogic challenges: a
study inclusive education**

**Una revisión de la literatura sobre definiciones, actitudes y desafíos psicopedagógicos
globales: un estudio de educación inclusiva**

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa¹

Resumo: Este artigo sobre educação inclusiva explora vários diversos pontos de vista de vários estudiosos em diferentes contextos sobre os conceitos de educação inclusiva em um esforço para alcançar o entendimento comum do mesmo neste conceito. As atitudes desta seção são abordadas a partir da perspectiva dos alunos, educadores, e a sociedade (pais), e explorar ainda mais os dilemas que professores e alunos com deficiência enfrentam na modernidade sistemas de educação. As abordagens instrucionais com foco em como professores planejam e executam aulas com diversos alunos da literatura também são delineadas de maneira sensata. Em conclusão, incluiu uma visão ampla focada em dois modelos, modelos sociais e médicos nos quais este artigo é principalmente sediado. Para que os objetivos deste trabalho fossem contemplados, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos, monografias, dissertações e teses como material de referência bibliográfica.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Boas práticas; Psicopedagogia; Pedagogia inclusiva.

Abstract: This article on inclusive education explores several diverse points of view of various scholars in different contexts on the concepts of inclusive education in an effort to reach a common understanding of the same in this concept. The attitudes in this section are approached from the perspective of students, educators, and society (parents), and further explore the dilemmas that teachers and students with disabilities face in modern education systems. Instructional approaches focusing on how teachers plan and deliver lessons with diverse literature students are also sensibly outlined. In conclusion, it included a broad view focused on two models, social and medical models on which this article is mainly based. In order to meet the objectives of this work, a literature review study was carried out. Books, articles, monographs, dissertations and theses were used as bibliographic reference material.

Keywords: Inclusive education; Good practices; Psychopedagogy; Inclusive pedagogy.

Resumen: Este artículo sobre educación inclusiva explora varios puntos de vista diversos de varios académicos en diferentes contextos sobre los conceptos de educación inclusiva en un

¹ Antropólogo formado pela UNESP, Advogado formado pela ITE, Pedagogo formado pela FACOL, Historiador formado pela Mozarteum e filósofo formado pela ETEP, mestre em filosofia com pesquisa em educação pela UNESP, Doutor em Educação, arte e história da Cultura pela Mackenzie, atualmente diretor da EMEB Ivani Cotobias Pimentel Maranhão. E-mail: joebarduzzi@yahoo.com.br



esfuerzo por lograr una comprensión común de este concepto. Las actitudes en esta sección se abordan desde la perspectiva de los estudiantes, los educadores y la sociedad (padres), y exploran en mayor profundidad los dilemas que enfrentan los docentes y estudiantes con discapacidad en los sistemas educativos modernos. También se describen con sensatez enfoques de instrucción que se centran en cómo los profesores planifican y ejecutan lecciones con diversos estudiantes de literatura. En conclusión, incluyó una visión amplia centrada en dos modelos, el social y el médico, en los que se basa principalmente este artículo. Para poder cumplir con los objetivos de este trabajo se realizó un estudio de revisión bibliográfica. Como material de referencia bibliográfica se utilizaron libros, artículos, monografías, disertaciones y tesis.

Palabras clave: Educación inclusiva; Buenas practicas; Psicopedagogía; Pedagogía inclusiva.

INTRODUÇÃO

Geralmente, todas as coisas que irão melhorar o ser humano são inteligência e habilidades e afetam o caráter moral das pessoas como considerado como parte da educação. Em um sentido restrito, é principalmente a escolarização, que se caracteriza como a prática de educadores para impactar a mente eo corpo do aluno

intencionalmente, propositalmente e sistematicamente de acordo com os requisitos de uma comunidade ou classe específica para desenvolver como pessoas que desejam ser.

Aristóteles define educação como forma de preparar um homem para cumprir sua missão, exercer todas as faculdades em pleno grau como cidadão de sociedade. E o professor Yunus define a educação como qualquer iniciativa que é propositalmente selecionada para impactar e auxiliar

A educação inclusiva é um tema que vem ganhando relevância e interesse no campo educacional e muitos pesquisadores escreveram sobre sua definição, características, barreiras e facilitadores. No entanto, poucos são os que enfatizam as boas práticas e o papel que os professores desempenham em materializá-los. O objetivo deste artigo, baseado em pesquisa documental, é destacar o trabalho do professor inclusivo e, da mesma forma, reconhecer o valor das experiências reconhecidas como boas práticas inclusivas como pontos de referência a serem aplicados em outros contextos menos inclusivos.

A educação inclusiva, mais do que uma tendência das instituições de ensino, é um direito fundamental que pessoas com diferentes condições têm que se desenvolver na sociedade de forma ativa e honrada. É sabido que precisamente porque têm limitações seja física ou mental, sua atenção requer um esforço adicional por parte dos encarregados do treinamento, neste caso professores que também devem receber formação específica no atendimento a essa população eficiente.



O presente artigo pretende discutir um tópico educacional interessante que intrigou os estudiosos em todo o mundo devido às suas definições discutíveis de diferentes perspectivas. Também terá uma abordagem mais abrangente, mas interpretação notavelmente diferente desses princípios fundamentais como proposto no tópico especificado acima, Educação Inclusiva: A Revisão da Literatura sobre Definições, Atitudes e Pedagógica Desafios. Para que os objetivos deste trabalho fossem contemplados, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos, monografias, dissertações e teses como material de referência bibliográfica.

A educação é um processo completo de treinamento de um nova geração que está pronta para participar da vida cívica e também é uma elo vital no processo de produção social humana experiência a ser realizada, com especial atenção ao processo da educação escolar para crianças em idade escolar, jovens e pessoas aposentadas.

DESENVOLVIMENTO

Conceitos de pedagogia

Do ponto de vista do behaviorismo, Carmo (2013) cita que a pedagogia é a teoria de que o professor deve ser a única figura de autoridade e conduz a lição. O conhecimento deve ser entregue em um currículo onde cada matéria é ensinada separadamente.

Enquanto de acordo com Adorno (2011) “A pedagogia inclui praticamente qualquer estratégia que aprimore a experiência de aprendizagem (incluindo estratégias de ensino, interação com tecnologia, veículos para conteúdo entrega, etc.)”, e enfatiza o contexto e as interações da dinâmica de ensino e aprendizagem.

Em uma aula usando uma abordagem pedagógica comportamental, espera-se que um professor seja capaz de usar um método de ensino combinado que pode incluir palestras, modelagem e demonstração, aprendizagem mecânica, e repetição coral. Essas atividades podem ser 'visíveis' e que enfatizam que a pedagogia construtivista coloca a criança no centro da aprendizagem e às vezes é chamado de „invisível pedagogia“.Uma abordagem construtivista incorporaria trabalho de projeto, aprendizagem baseada em investigação.

Construtivismo social por Lev Vygotsky argumentou contra as ideias de Piaget de que a aprendizagem só poderia acontecer em seu contexto social e acreditava que a aprendizagem



foi um processo colaborativo entre o aluno e a professora. Finalmente, o liberacionismo, que é uma pedagogia crítica desenvolvido pelo educador brasileiro Paulo Freire (Carmo 2013).

A abordagem liberacionista é aquela em que a voz do aluno é colocada no centro, e uma democracia é colocada na sala de aula. Valoriza-se ter o professor como aluno também, e a classe descobrindo assuntos juntos. Professores podem usar exemplos de literatura que não sejam padronizados e devem ser estruturados pelo instrutor. No entanto, como a lição ou a sessão de aula continua, a mudança para centrada nos alunos as atividades em sala de aula dominam. Outras teorias relacionadas à pedagogia são a teoria do construtivismo Piaget (1896-1890) (Adorno, 2011).

Uma análise bibliométrica e descritiva da educação inclusiva na educação científica

Ensinar pessoas com deficiência em Ciências da Educação tornou-se uma abordagem urgente em na última década, não só devido ao aumento quantitativo desse tipo de aluno na regular aulas estimuladas por políticas de inclusão, mas também pelo entendimento de que a experiência de ensinar a pessoas com deficiência promove mudanças importantes (principalmente metodológicas, mas também em relação a outros aspectos) na forma como as ciências são tradicionalmente ensinadas. Essas mudanças devem e foram estudados no contexto de pesquisa de ensino de ciências para que práticas e desafios possam ser refletidos e discutidos entre os pares (Adurens e Vieira, 2018).

É nesse sentido que a produção acadêmica pode contribuir para subsidiar práticas, promover intercâmbios e apoiar professores no cotidiano de ensino, ao mesmo tempo esclarecer novos cenários de ensino de ciências. Assim, o conhecimento da literatura científica e as discussões sobre a relação entre a educação para alunos com deficiência (SPD) e Educação Científica (SE) torna-se valiosa. Além disso, o conhecimento sobre redes de pesquisadores, os assuntos mais cobertos, periódicos e os artigos mais citados, revela uma visão geral de como os pesquisadores da área de SE têm conduzido pesquisas sobre educação inclusiva (IE) (Adurens e Vieira, 2018).

Estudos de mapeamento, como revisões sistemáticas da literatura, meta-análises e bibliometria e análises de rede, são ferramentas importantes que auxiliam na melhor compreensão de cortes conceituais no contexto de grandes áreas de produção científica (Thiengo 2020).



Especificamente em SE, estudos dessa natureza já foram realizados para investigar, por exemplo, a *Universal Design for Learning and STEM*; ensino de ciências para alunos com deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro do autismo; Como as características da escola secundária, como a imprensa acadêmica das escolas e o clima escolar, fornecer oportunidades para os alunos se envolverem em ciências e matemática; trabalho prático baseado em pesquisa e seus desafios na educação científica; mudança nas práticas de ensino utilizadas em cursos de graduação STEM; e vários outros tópicos especiais dentro de um contexto geral de educação científica.

A maioria dos estudos foi realizada na forma de revisões sistemáticas, nas quais o foco é aplicado na compreensão de como um determinado assunto foi discutido no meio científico da literatura, o que leva ao chamado "estado da arte" (Thiengo 2020).

Educação Inclusiva: Uma Revisão da Literatura sobre Definições, atitudes e desafios pedagógicos

A Educação Inclusiva, como dois conceitos acadêmicos, surge na ausência de um significado globalmente aceito, ele embora a tentativa de um conceito seja tentado em vasta literatura. De acordo com Weizenmann (2020) capturando o conceito de EI como um instrumento educacional e uma aplicação prática é muito mais do que intelectualmente desafiante.

É uma das tarefas mais cansativas de todas as atividades acadêmicas não da área educacional. Isso é porque IE, no caso, ele é uma garrafa térmica excepcionalmente grande abraçando todos os indivíduos em um grau ou outro, fazer um esforço defini-lo requer traços gerais e aplicações amplas ao mesmo tempo em que manteve minha linguagem bem específica. Esta situação é causada por diferentes leis, crenças, recursos ineficientes e diferentes práticas culturais nesses países (Weizenmann, 2020).

O Centro Nacional de Reestruturação Educacional e Inclusão, considera inclusão como “ou prestação de serviços a alunos com deficiência, incluindo aqueles com deficiências graves, na escola do bairro, em Salas de aula de educação geral adequadas para uso conforme necessário Serviços de apoio e benefícios complementares (para uma criança e / ou professor) tanto para garantir o sucesso escolar das crianças, comportamental, social e para preparar as crianças para participarem como um membro titular e contribuinte da empresa.



Esta definição pode ser vista como detalhada da forma que Ele enfatiza a consistência e a posição da educação Instalações, bem como ou ponto de vista de toda a escola. leste definição será definitivamente considerada representativa de um modelo de inclusão, mas aplica uma linguagem relativamente moderada Desde que você dê definições completas de inclusão, no máximo (Vílchez 2018).

De acordo com Ribeiro et al., 2019 (2019) a inclusão é "quando um aluno com acadêmico adicional e/ou necessidades comportamentais é profissionalmente treinado em geral currículo educacional". Essencialmente, a inclusão garante que crianças com necessidades educacionais especiais atendem o geral currículo escolar e estão matriculados em cursos apropriados para a idade de salas de aula 100% todos os dias letivos.

Além disso, as organizações internacionais, como Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Organizações (UNESCO) e Nações Unidas Internacional Fundo de Emergência para Crianças (UNICEF), apoiando a educação a nível internacional, foram feitas tentativas para corresponder aos seus critérios e definições únicas com diferentes definições e modelos na tentativa de definir a educação inclusiva. O UNESCO também é apoiado por outras organizações baseadas na ONU como 92 governos e 25 organizações internacionais de questões experienciais e sociais daqueles com excepcionalidades internacionalmente tornou-se um ponto focal (Ribeiro *et al.*, 2019).

A mensagem principal do acordo era para reforçar o esforço internacional em fazer inclusão social e educacional a prática normal para indivíduos com excepcionalidades em nível global. O acordo firmado: Todos os governos devem dar o máximo de política e prioridade orçamentária para melhorar os serviços de educação que todas as crianças podem ser incluídas, independentemente das diferenças ou dificuldades (Redig, 2010).

Eles devem adotar, por uma questão de lei ou política, o princípio da educação inclusiva e matricular todas as crianças em escolas normais, a menos que houvesse razões convincentes para fazendo o contrário; desenvolver projetos de demonstração e encorajar intercâmbios com países com escolas inclusivas; garantir que as organizações de pessoas com deficiência, junto com pais e órgãos da comunidade, colocam um maior esforço em estratégias pré-escolares, bem como em aspectos vocacionais de educação inclusiva (Vílchez 2018).

Educação: Certifique-se de que o professor inicial e em serviço o treinamento aborda a provisão de educação inclusiva (UNESCO, 1994). Enquanto a UNICEF (2017), explique inclusive educação em termos de como o sistema de educação deve ser; “Um sistema



educacional que inclui todos os alunos, e acolhe e apoia-os a aprender, sejam eles quem forem e quaisquer que sejam as suas habilidades ou requisitos.

Isso significa ter certeza de que ensino e o currículo, edifícios escolares, salas de aula, áreas de lazer, transporte e banheiros são apropriados para todas as crianças em todos os níveis. Educação inclusiva significa que todas as crianças aprendem juntos nas mesmas escolas (UNICEF, 2017: 1).

Os seguintes modelos são adaptados do UNICEF (2017):

- O fim da discriminação;
- Fim da exclusão de crianças com deficiência;
- Acesso à educação primária e secundária com número suficiente de acessíveis e inclusivas escolas, inclusive para crianças com deficiência apanhados em crises e emergências.
- Apoio prático ou adaptações para os alunos para habilitar que aprendam;
- Acomodação;
- Planos individuais de educação para crianças com deficiências definindo quais acomodações e suporte de que precisam;
- Serviços para deficiências específicas, como aprendizagem braille ou linguagem de sinais, reorganização da sala de aula e materiais de aprendizagem acessíveis;
- Professores devidamente treinados para trabalhar de forma inclusiva nas escolas.

Na Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) (1999), relatório afirma-se que existe um acordo sobre o que é educação inclusiva, e que o principais desafios para a definição globalmente aceita são os combinação resultante da falta de vontade política e humana, resistência infinita dos seres à mudança (OCDE, 1999). um consenso normativo formal predominante entre organizações, até mesmo estudiosos reconheceram que é cansativo chegar a um consenso (Gatti, 2016).

Não é possível encontrar uma definição universalmente institucionalizada de educação inclusiva, portanto, é prematuro tirar qualquer conclusão sobre um acordo . Além disso, há muito tempo tem havido uma batalha sobre a interpretação do conceito de inclusão. A importância deste concurso sobre o seu significado é que as definições refletem a compreensão e afetam a prática do conceito e, por sua vez, o quão inclusiva a educação atende e trata diferentes grupos de alunos. Significados diferentes criam tensões (Weizenmann, 2020).



Para sistematizar e discutir os diferentes entendimentos envolvidos podem representar uma riqueza no desenvolvimento da educação inclusiva. Entre essas definições de inclusão/educação inclusiva, este artigo irá adotar definições mais amplas propostas por Martins (2015). Gatti (2016) diz respeito "a todos os alunos" e "Grupos marginalizados", não apenas aqueles com deficiência”.

Está dentro em linha com a Declaração de Salamanca de 1994, que abrange todos os grupos de alunos em perigo de enfrentar problemas em escola por causa da diversidade (UNESCO, 1994).

A declaração diz respeito a todos os alunos em risco de discriminação e seus capacidade de interagir em experiências normais de aprendizagem dentro do sistema escolar normal, independentemente de suas necessidades particulares, gênero, raça, cultura e contexto social. Outro importante conceito a ser considerado neste artigo é 'atitudes' em relação à inclusão de professores, alunos e pais/comunidade perspectivas.

De acordo Santos (2015), uma atitude é uma organização relativamente duradoura de crenças em torno de um objeto, pessoa, ou situação, predispondo alguém a responder em alguma forma preferencial, pode ser aprendido ou alterado dependendo de diferentes situações. Atitudes são psicológicas, tendências que são expressas pela avaliação de uma entidade particular com algum grau de favor ou desfavor.

Atitudes também foram descritas por Thiengo (2020), como “uma organização relativamente duradoura de crenças, sentimentos e tendências comportamentais em relação ao social, objetos, grupos, eventos ou símbolos significativos”. Eles são basicamente divididos em três componentes construídos em um modelo também conhecido como Modelo ABC de Atitudes: a) Afetivas; envolve os sentimentos/emoções de uma pessoa sobre o objeto de atitude b) Comportamental; a forma como a atitude temos influências sobre como agimos ou nos comportamos c) Cognitivo componente; envolve a crença e o conhecimento de uma pessoa sobre um objeto de atitude (Thiengo. 2020).

Boas práticas em educação inclusiva

Um dos principais pilares da pesquisa em EI é a defesa da importância da ciência para o exercício da cidadania. Desde o final do século 19, uma discussão ética sobre como os indivíduos devem dominar um conhecimento básico da natureza e seus fenômenos têm sido



consolidadas para que não só se tornem ‘seres sociais’, mas também para realizar decisões coerentes na sociedade (Redig, 2010).

Assim, o conhecimento da ciência teria um papel equivalente na formação de um aluno como o de línguas, artes, social ciências, educação física e matemática, compreendendo a literacia científica. Essa premissa subsidia, e é subsidiado ao contrário, a ideia de democracia e educação libertadora, na qual os indivíduos, como cidadãos, têm o direito social de acesso ao corpo de conhecimento gerado pela humanidade para efetivamente exercer seu papel social (Adurens e Vieira, 2018).

Além disso, imaginando uma sociedade democrática moderna, este direito deve ser defendido para todos, no sentido mais amplo do que é cidadania. Desse modo, os conceitos de democracia, cidadania e alfabetização científica se cruzam e têm o reconhecimento da diferença e diversidade (não sua negação) em comum, mas a percepção de que tais diferenças não são motivo de exclusão social ou segregação (Ferreira e Daolio, 2014).

Dito isto, o EI para pessoas com deficiência torna-se um discurso afirmativo. Nesse artigo, o termo 'pessoas com deficiência' é considerado como aqueles alunos que precisam de suporte adicional para aprendizagem e instrução. Portanto, esta definição inclui os alunos que exibem deficiências, dificuldades de aprendizagem, talentos, necessidades emocionais ou comportamentais, fisicamente dependente, surdo/cego, surdo ou com deficiência auditiva, deficiências de saúde visuais e crônicas, também chamadas de excepcionalidades.

De fato, várias definições estão disponíveis, e o termo, devido à sua polissemia, pode ser relacionado a outros, como ‘alunos com necessidades especiais’, ‘estudantes excepcionais’ e ‘estudantes especiais’, entre outros. No entanto, nossa intenção neste artigo não é discutir essas várias designações, e entendemos que vários casos relatados na literatura usam 'especial precisa para cobrir todos os grupos de pessoas que apresentam alguma forma de barreira de aprendizagem. Por causa disso, usamos várias palavras-chave equivalentes para pesquisar artigos (Cunha,2010).

Pessoas com deficiência têm o direito civil à educação, incluindo a educação científica, como qualquer outra pessoa. Além disso, vendo a educação em uma forma inclusiva, ou seja, no contexto das classes ordinárias, traz outro importante cenário, onde jovens que crescem em um contexto escolar diferente tendem a compreender a diversidade da sociedade (Chicon, 2010).



Episódios frequentemente transmitidos em todo o mundo relacionados com intolerância, violência e falta de compreensão da diferença, são exemplos hediondos de como alguns grupos sociais não conheço e não aprendi a conviver com o diferente. Nesse sentido, quanto mais diversas salas de aula (todas, incluindo as de ciências) criadas, como um reflexo da sociedade como ela realmente é, mais contribuiriam para a formação de cidadãos mais fraternos e solidários.

Assim, a discussão sobre a EI tem um caráter muito mais humano e social personagem, trazendo à tona conceitos como a Pedagogia Inclusiva em que o professor está preocupado com as características individuais de cada aluno sem marginalizar alguns deles, levando em consideração as diferenças e evitando a repetição da exclusão. Além disso, o professor que escuta seus alunos e se preocupa sobre a realização de práticas que são efetivamente significativas para eles dá à sua ação o verdadeiro significado da inclusão (Adurens e Vieira, 2018).

Assim, a pesquisa em SE pela diversidade busca subsidiar os professores em sua ação-reflexão que lhes permite escolher caminhos pedagógicos inclusivos. Os Estados Unidos têm uma longa tradição de pesquisa e práticas de educação especial na forma de inclusão. Desde a aprovação da Educação para Todos Deficientes Lei da Criança (ECA) de 1975, agora conhecida como Indivíduos com Deficiências Lei da Educação (IDEIA) de 2004, educação pública apropriada e gratuita está disponível para todas as crianças com deficiência. Com base em consulta pública geral realizada em 2008 (Carmo, 2013).

O governo australiano criou a Estratégia Nacional para a Deficiência, um documento desenvolvido pela Comunidade em parceria com governos territoriais, cujo objetivo é garantir que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de participar plenamente no esferas econômicas e sociais e da vida cultural da nação e reflete o australiano compromisso do governo com a inclusão social. Desde então, este documento tem servido como uma referência de política pública para a educação de crianças, jovens e adultos com deficiências na Austrália (Camargo, 2020).

Da mesma forma, no Brasil, as políticas institucionais e a legislação também preconizam o acesso e inclusão de crianças e jovens com deficiência na educação pública básica. No entanto, essa não é uma meta fácil de ser alcançada, principalmente considerando o contexto de escassez de materiais que afetam a grande maioria das escolas públicas no Brasil.



Mesmo assim, muitos esforços têm sido feitos para melhorar os métodos de ensino e professores e formação voltada para a educação inclusiva.

The National Science Education Standards, um livro impresso nos EUA em 1996 pela National Academy of Sciences, apresenta a visão de uma população cientificamente letrada, delineando o que os alunos precisam saber, compreender e ser capazes de fazer para ser cientificamente alfabetizados em diferentes níveis de ensino (Carmo 2013).

Eles descrevem um sistema educacional em que todos os alunos demonstram altos níveis de desempenho, em que os professores são com poderes para tomar as decisões essenciais para uma aprendizagem eficaz, em que o comunidades de professores e alunos estão focadas em aprender ciências, e nas quais programas e sistemas educacionais de apoio estimulam as realizações. As normas apontam para um futuro desafiador, mas alcançável.

Este livro foi criado com o objetivo de ser adotado como um guia para as práticas e estudos de educação científica nos últimos tempos. Anos 90 e 2000. Por isso, é a referência mais frequente em políticas públicas de educação. O Aprimoramento do Currículo Diferenciado na Ciência Inclusiva do Ensino Fundamental: Efeitos sobre Testes de sala de aula e *high-stakes* publicados por Dias e Lopes (2012), é uma investigação de atividades práticas diferenciadas (incluindo aulas experimentais) versus instruções tradicionais dirigidas por professores de ciências para alunos com deficiência.

O artigo destaca a importância da mediação de pares e os resultados indicam que atividades práticas colaborativas facilitam estatisticamente a aprendizagem de conteúdo de ciências do ensino médio. Além disso, o artigo é enérgico em destacar a importância da utilização de atividades práticas complementares mediadas por pares, que podem fornecer a revisão e prática necessárias para alunos com deficiência.

É um direto, contundente artigo que prova (qualitativa e quantitativamente) que aulas de ciências para pessoas com deficiência são possíveis e necessárias, e até apontam para a inclusão como caminho. Por esta razão, tornou-se uma referência clássica Se entendermos isso, considerando o conceito de inclusão defendido pela área, práticas, métodos e recursos deve ser pensado, desde sua concepção, como necessário para atender a uma diversidade de alunos, então adaptações de algo que já existe na tentativa de ‘enquadrar’ o que já fazemos causar uma contradição entre teoria e prática (Castro 2018).

Em outras palavras, observamos aqui que nossa pesquisa não está realmente focada na inclusão, mas sim na adaptação. Uma mudança de foco é notado com o advento da filosofia de



inclusão escolar no final da década de 1990, que foi anteriormente sobre o SPD e que se tornou para o programa e a escola, dando origem ao o que pode ser entendido como uma busca pela criação de escolas que atendam às necessidades de todos os alunos, o que não é perceptível nas pesquisas realizadas na área da educação científica (CAMARGO 2017).

A educação inclusiva foi implementada em diferentes graus, com "borrado" e limites pouco claros. Portanto, as análises sobre este tema devem ser cuidadosamente realizadas, visto que são objeto de disputas de poder (Thiengo, 2020).

CONCLUSÕES

Os professores costumam basear as decisões de instrução para alunos em observação profissional, experiência, e até mesmo sentimentos viscerais. Percepções de ensino o sucesso se torna mais forte e mais aplicável a outros profissionais quando houver dados de suporte esses sentimentos viscerais. Por ser sistemático no planejamento de intervenções de ensino e coleta de dados sobre essas intervenções, os professores podem contribuir para a base de pesquisa na área de educação especial, ajude outros profissionais trabalhando em problemas semelhantes, e informar sua própria prática ao mesmo tempo.

Muitos professores de formação inicial descobriram que já são pesquisadores de ação. Os professores são criativos e inovadores por natureza! Provavelmente não é um dia de ensino passa que eles não estão resolvendo um novo problema ou contemplando a melhor forma de ajudar os alunos melhorar suas habilidades.

Ideias criativas de ensino e experiências com alunos com necessidades especiais podem fazer uma contribuição significativa para o conhecimento sobre as melhores práticas na educação dos alunos com diversas necessidades de aprendizagem. Apesar de desafios únicos, os professores compartilham pontos em comum nos esforços para fornecer eficácia e qualidade Educação.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. (2011). Educação e emancipação. 4 a ed. São Paulo: Paz e Terra.
- ADURENS, F. D. L e VIEIRA, C. M. Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, 2018; 18(2): 94-124.
- CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciência & Educação, 2017; 23(1): 1-6. 7.



CAMARGO, S. P. H. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. *Educ. rev.*, 2020.

CARMO, Apolônio Abadio do. Aspectos históricos, filosóficos e sociológicos da deficiência. In: FERREIRA, Eliana Lúcia (org.). *Educação física inclusiva*. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2013. p. 15- 102. v. 2.

CASTRO, G.G. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais. *Revista Española de Salud Pública*, 2018; 31(60): 93-106.

CHICON, José Francisco. Compreendendo a exclusão no contexto da educação física escolar. In: CHICON, José Francisco; RODRIGUES, Graciele Massoli. *Educação física e os desafios da inclusão*. Vitória: EDUFES, 2010. p. 66-103.

CUNHA, M. I. A Educação Superior e o Campo da Pedagogia Universitária: legitimidades e desafios. In: CUNHA, M. I. da. (Org.) *Trajetórias e lugares de formação da docência universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 59-82.

DIAS, Maria Aparecida; LOPES, Kátia Augusta. Educação motora para deficientes. In: Gabriel Arcanjo Santos de Albuquerque. (org.). *Caderno pedagógico do ensino a distância da UFAM*. 1. ed. Manaus: Editora da UFAM, 2012. p. 37-90. v. 1.

FERREIRA, Flávia Martinelli; DAOLIO, Jocimar. Educação física escolar e inclusão: alguns desencontros. *Revista Kinesis*, Santa Maria, v. 2, ed. 32, p. 52-68, 2014.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. *Revista Internacional de Formação de Professores*, p. 161-171, mai. 2016. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2021.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. *História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do século XXI*. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

REDIG, Annie Gomes. *Ressignificando a educação especial no contexto da educação inclusiva: a visão de professores especialistas*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Hellen Cordoniz; SILVA, Priscylla Pinto da; REDIG, Annie Gomes. Inclusão escolar e os desafios para formação dos profissionais: perfil dos participantes do Café Inclusivo. *Seminário Internacional As redes educativas e as tecnologias*, 10, 2019. Anais [..Rio de Janeiro, 2019. p. 1-5.

SANTOS, A. J. P. *Discursos da escola e constituição da subjetividade de estudantes com TDAH*. Dissertação, Mestrado em Educação: FAGED/UFBA, 2015, 111p.

THIENGO, E. R, et al. Inclusão de alunos autistas como percursos da redução dos danos causados pelo desprezo social: uma revisão bibliográfica, *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2021; 13(2)



VÍLCHEZ, Iván Carlos Curioso. Uma escola em transformação: reflexões essenciais de uma educação inclusiva para estudantes com deficiência. In: PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAUJO, Mariane Andreuzzi de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; SILVA, Glaciélma de Fátima da (org.). Inclusão escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 13-30.

WEIZENMANN, L. S. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. *Psicol. Esc. Educ.*, 2020; 24: e217841.

Recebido: 20/03/2024

Aceito: 26/06/2024

Publicado: 01/07/2024

Autor

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa

Antropólogo formado pela UNESP, Advogado formado pela ITE, Pedagogo formado pela FACOL, Historiador formado pela Mozarteum e filósofo formado pela ETEP, mestre em filosofia com pesquisa em educação pela UNESP, Doutor em Educação, arte e história da Cultura pela Mackenzie, atualmente diretor da EMEB Ivani Cotobias Pimentel Maranhão. E-mail: joebarduzzi@yahoo.com.br